



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

Ata da sessão ordinária de 23/04/2019. Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, no horário regimental, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na rua Cel. Vida, 211, Centro, realizou-se a 12ª (décima segunda) sessão ordinária da 3ª (terceira) sessão legislativa da 17ª (décima sétima) legislatura, sob a presidência do Vereador Domingos Everaldo Kuhn, secretariada pelos Vereadores Anselmo Heimbecher Osório e Marcos Ribas, e presentes os Vereadores Arildo Santos Zaleski, Denis Sanson, Gilmar Costa, João Alberto Ferreira da Costa, João Savi e Rogério Czelusniak. Havendo número legal de Vereadores, o Sr. Presidente, em nome de Deus e pelo Povo, declarou aberta a sessão e determinou a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Procedeu-se a leitura do expediente. Do Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Edir Havrechaki, ofício 146/2019, de 17/04/2019, encaminhando documentação comprobatória que registra a efetiva participação popular nas fases de estudo e elaboração do projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020; e ofício 151/2019, de 23/04/2019, encaminhando projeto de lei para apreciação que “Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 55.000,00 e dá outras providências”, numerado 5270. Do Secretário Municipal de Assistência Social, Sr. Mário A. Wieczorek, e do Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso (CMDI), Sr. Gabriel O. Lima, convite para participação na V Conferência Municipal de Direitos do Idoso, com o tema “O desafio de envelhecer no século XXI e o papel das políticas públicas”, em 15/05/2019, às 13 horas, na Secretaria Municipal de Assistência Social. Do Vereador João Alberto Ferreira da Costa, requerimento protocolado sob número 299/2019, de 23/04/2019, requerendo “da Mesa Diretora da Câmara, que veja da possibilidade de convocação de uma audiência pública, para possibilitar a participação popular neste assunto tão urgente e importante [da reforma da previdência]”. Do Vereador João Savi, indicação 28/2019, à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, “para que seja feito o patrolamento e cascalhamento na estrada denominada Estrada do Macaco, nas proximidades da propriedade do Sr. Adão Ornieski, na localidade de Pinheiral de Baixo”. Do Vereador João Alberto Ferreira da Costa, moção protocolada sob número 300/2019, de 23/04/2019, aos Exmos. Deputados Federais paranaenses [...], para que votem contra os itens relacionadas abaixo da PEC 6/2019, que trata da reforma da previdência”. Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, pareceres favoráveis ao substitutivo ao projeto de lei 5236 e aos projetos de lei 5263 a 5269. Da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, pareceres favoráveis ao substitutivo ao projeto de lei 5236 e aos projetos de lei 5264 a 5269. Das Comissões de Educação, Cultura, Bem-estar Social e Meio Ambiente, e de Urbanismo e Obras Públicas, pareceres favoráveis ao projeto de lei 5263. Esgotada a matéria do expediente, procedeu-se a verificação da presença, anotando-se o comparecimento de todos os Vereadores titulares. Inscrito para fazer uso da palavra, o Vereador João Alberto Ferreira da Costa, com o assunto “Previdência”. Saudou a todos. Disse que apresentou requerimento à Mesa Diretora para que seja realizada audiência pública sobre o assunto, e também uma moção de apelo aos Deputados Federais do Paraná, para que votem contra alguns itens da reforma da previdência, maléfica para a classe trabalhadora e para o Brasil. Relatou que a reforma pretende ampliar de 25 para 30 anos o período de contribuição para aposentadoria de professoras. Questionou quais foram os fundamentos técnicos considerados pelo Governo Federal para tomar essa decisão, e destacou a complexidade do trabalho realizado por essas profissionais. Relatou ainda que outra mudança afeta o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que terá o valor pago reduzido para idosos e a idade mínima necessária aumentada de 60 para 70 anos, dificultando o acesso à esse amparo social. Disse que o grande problema está na aposentadoria, que passará do regime de repartição para o regime de capitalização, o que poderá prejudicar a maioria dos brasileiros, a exemplo do que ocorre no Chile, país que adota este modelo, onde 70% dos aposentados recebem menos de um salário mínimo. Que o idealizador dessa reforma, o Ministro da Economia Paulo Guedes, responde a várias investigações sobre fraude no sistema de capitalização de fundos. Expressou que o compromisso dos Vereadores não é com o Governo, que é passageiro, mas com os palmeirenses. Pediu aos Vereadores que analisem a moção, que deve ser enviada para que os Deputados Federais saibam que o povo de Palmeira tem conhecimento sobre o assunto. Disse que talvez não seja isso o que irá fazer aprovar ou reprová-la reforma, mas todos poderão aprender mais sobre o sistema previdenciário. Agradeceu a atenção. Seguiu-



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

se então à ordem do dia. Em discussão única, em bloco, os requerimentos protocolados sob números 272 e 293/2019. O Vereador Marcos Ribas disse que o requerimento com protocolo 272/2019, de sua autoria, está relacionada aos médicos. Que o inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal estabelece que nenhum servidor público municipal pode receber salário maior que o do Prefeito. Que os salários do Prefeito e dos Vereadores não foram aumentados nos anos anteriores, enquanto os dos servidores sim, inclusive o dos médicos. Que devido a isso, ultrapassaram o valor recebido pelo Prefeito, sendo necessário que se realizem descontos nas folhas de pagamento para atender à legislação. Destacou que isso pode causar a saída desses profissionais do Município, alguns dos quais atuam em Palmeira há anos, pois são desmotivados. Expressou que é a favor de reajustar o salário dos agentes políticos municipais, o que valerá apenas para a próxima Administração, para que essa situação seja resolvida. Que pode ser ruim politicamente, mas é necessário ter responsabilidade e fazer esse debate. Pediu ao Executivo que encaminhe essas informações de maneira oficial à Câmara. O Vereador Denis Sanson disse essa é uma preocupação que os Vereadores devem ter, mas que a gestão da saúde municipal não a compartilha. Que a Secretária Municipal de Saúde perseguiu e dispensou profissionais especialistas para que pudesse contratar outros por meio da empresa terceirizada Hygea. Expressou que o povo está atento e não adianta os Vereadores enfrentarem essa discussão e a Secretaria Municipal de Saúde continuar desrespeitando a população. O Vereador Anselmo Heimbecher Osório disse que os Vereadores e a população também estão atentos as reformas discutidas no país, e que é bom que os membros do Parlamento Federal e Estadual, assim como o Governo Federal, saibam disso. Sobre o requerimento de autoria do Vereador Marcos Ribas, falou que por incompreensão de alguns, os quais acabam influenciando parte da população, os reajustes aos agentes políticos não foram concedidos. Que o subsídio do Vereador, segundo a Constituição Federal, pode ser de até 30% o dos Deputados, mas os Parlamentares de Palmeira ganham muito menos que isso, e apesar de fazerem seu trabalho por amor, devem receber por ele. Que se o reajuste do salário, discutido em anos anteriores, tivesse sido aprovado, valeria apenas para a Legislatura e Prefeito seguintes, e devido a essa defasagem, hoje ocorrem esses problemas de devolução de salários dos médicos, desmotivando-os. Expressou que a fala do Vereador Marcos Ribas encoraja os Vereadores a discutir o assunto com a população, com veemência e respeito à todas as partes, para se chegar a um denominador comum que beneficie a todos. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa disse que a questão salarial deve passar por um processo de esclarecimento e coragem. Que dos três Poderes, o Legislativo tem o maior grau de soberania, altruísmo, importância e ligação com a população. Expressou que a discussão sobre o assunto deve ser pública. Que se deve comparar o quanto ganham os membros de cada um dos Poderes e analisar a complexidade, preparação e representatividade dos cargos. Em votação, foram aprovados por unanimidade. Em discussão única, em bloco, as indicações 22 a 27/2019. O Vereador Denis Sanson disse que a indicação 26/2019, de autoria do Vereador Gilmar Costa, trata da solicitação de reforma na quadra da escola de Pinheiral de Baixo. Que segundo informações da imprensa local, foi cancelado o repasse de recursos federais ao Município, no valor de R\$ 1,1 milhões de reais, com os quais seriam realizadas obras em três escolas municipais, inclusive nessa, os quais estavam disponíveis desde 2012. Requereu o encaminhamento de expediente à Prefeitura, pedindo explicações sobre os motivos das obras não terem sido realizadas antes. O Vereador Gilmar Costa disse que as quadras esportivas de escolas de outras comunidades também estão em péssimo estado. Que espera que esse pedido e outros que apresentará sejam atendidos, bem como sejam dadas explicações sobre o porquê das obras não terem sido realizadas e os recursos cancelados. O Vereador Marcos Ribas disse que esses recursos faziam parte do PAC, para execução de 54 obras em cerca de 30 municípios do Paraná, disponibilizados por meio de convênio firmado entre o Governo Federal e Governo do Estado do Paraná, em 2012. Esclareceu que o Município não recebeu esses recursos e a contrapartida era responsabilidade do Governo do Estado. Que devido as investigações da Operação Quadro Negro, sobre desvios de verbas de escolas públicas no Paraná, o FNDES pediu o recolhimento desses valores, os quais foram devolvidos ao Governo Federal, e as obras não foram licitadas. Falou que houve ainda incompetência da FUNDEPAR e do ex-Governador Beto Richa, e falta de pessoal técnico para acompanhar a execução. Informou que juntamente com o Vereador Domingos Everaldo Kuhn e o Prefeito Municipal, enviaram ofício ao Deputado Estadual Paulo Litro em 2017, pedindo



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

providências sobre o assunto, o qual não pôde atendê-los por se tratar de assunto fora do seu alcance. Falou ser importante que essa informação seja fornecida à Câmara de maneira oficial e lamentou a perda desses recursos. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa disse que o Brasil vem sendo, aos poucos, passado a limpo. Que no Governo de Beto Richa, implicado nessas irregularidades, o Chefe da Secretaria de Desenvolvido Urbano, responsável pelas intermediações desses recursos junto às Prefeituras, era o atual Governador, Ratinho Junior, que ainda não foi pego, mas será. Falou que a PEC do teto dos gastos, que limitou o aumento dos gastos públicos com educação, saúde e segurança, ao índice inflacionário, também irá glosar recursos previstos. Que com o tempo, a população poderá discernir aqueles que fazem a política que dá bons resultados daqueles que não, e apontar os culpados por esses problemas. Em votação, foram aprovadas por unanimidade. Em 2ª discussão, em separado, foi aprovado pela maioria o projeto de lei 5252, e por unanimidade o projeto de lei 5256. Em 2ª discussão, o projeto de lei 5258. O Vereador Marcos Ribas disse que a Câmara autoriza o Poder Executivo a realizar o repasse de recursos à diversas entidades assistenciais do Município, mas algumas pessoas que não conhecem essa informação criticam o Poder Público por não ajudarem essas instituições. Parabenizou os munícipes que assistem as sessões e se informam. Expressou que a maioria das entidades só sobrevivem porque recebem recursos públicos dos Governos Municipal, Estadual e Federal, como ocorreu na semana anterior, quando foi autorizado o repasse de R\$ 1,250 milhões do Município para o Hospital Santa Casa. O Vereador Gilmar Costa disse que foi criticado pelo diretor do Hospital Santa Casa por ter votado contra a aprovação do projeto. Esclareceu que não votou contra e que é favorável a tudo que for bom para o Município e para o Hospital. O Vereador Anselmo Heimbecher Osório concordou com a fala do Vereador Marcos Ribas e desafiou aqueles que criticam à visitarem as instituições e conhecerem os trabalhos que realizam. Disse que pela importância que as entidades tem, os valores repassados deveriam ser maiores, o que infelizmente não é possível em razão das limitações orçamentárias. Que algumas pessoas contribuem com recursos próprios e que as vezes são realizadas algumas promoções junto à comunidade para complementação das receitas, para realizarem trabalhos que são deveres dos Governos Municipal, Estadual e Federal. O Vereador João Alberto Ferreira da Costa concordou com os discursos que lhe antecederam. Disse que na Câmara ocorre o debate de vários pontos de vista. Que as votações não precisam ser unânimes e as críticas são importantes. Que os recursos repassados às entidades provém dos impostos pagos pelos cidadãos e o Poder Público é apenas o gestor do orçamento. Falou que o Hospital Santa Casa não irá fechar. Que a origem das suas receitas deve ser publicitada, a qual gira em torno de R\$ 500 a 600 mil reais, dos quais 90% são recursos públicos, e só ocorreria o fechamento se esses fossem retirados de lá. Expressou que essas informações devem ser passadas à população, para que haja transparência. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei 5259. Em 2ª discussão, o projeto de lei 5260. O Vereador Marcos Ribas disse que o projeto trata da restituição de recursos financeiros ao Governo Federal, restantes de obras realizadas na Colônia Witmarsum. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 2ª discussão e em votação nominal, foi aprovado por unanimidade o projeto de lei 5261. Em 1ª discussão, foi aprovado pela maioria o substitutivo ao projeto de lei 5236. Em 1ª discussão, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5263 ao 5265, sendo que o projeto de lei 5263 foi à votação nominal. Em 1ª discussão, o projeto de lei 5266. O Vereador Marcos Ribas disse que o projeto prevê recursos para pavimentação asfáltica e construção de galerias de água na Rua Boles Borkoski. Em votação, foi aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão, em separado, foram aprovados por unanimidade os projetos de lei 5267 e 5268. Em 1ª discussão, o projeto de lei 5269. O Vereador Marcos Ribas disse que a proposição trata de recursos financeiros que serão destinados a contrapartida para reforma do Cineteatro Municipal, obra intermediada pelo Deputado Estadual Paulo Litro, e que até a metade de 2020 a população poderá usufruir dessa infraestrutura. Em votação, foi aprovado por unanimidade. O Sr. Presidente encaminhou às Comissões de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, e de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, o projeto de lei 5270, para análise e emissão de pareceres. Encaminhou ainda à Procuradoria e à Assessoria Jurídica, o requerimento protocolado sob número 299/2019 e a moção protocolada sob número 300/2019, para análise e emissão de pareceres. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador



Câmara Municipal de Palmeira

ESTADO DO PARANÁ

Denis Sanson, com o assunto “Projeto de lei 5236”. Disse o projeto trata de suplementação de crédito para a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Patrimônio Histórico e Relações Públicas, para pagamento de dois *shows* na Expo Palmeira. Que não é contrário à realização da festa, mas sim ao Município pagar pelas apresentações e uma empresa terceirizada vender os ingressos e ficar com o lucro, repassando um valor baixo. Falou que ou o Município deveria arcar com todos os custos e os eventos serem gratuitos, ou terceirizar completamente. Que não acredita na justificativa de que isso é feito para tornar o preço do ingresso mais acessível, e que alguém deve estar levando dinheiro por trás disso tudo. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador Anselmo Heimbecher Osório, com o assunto “Seguro-defeso”. Disse que concorda com fala do Presidente da República na qual expressou desapontamento com irregularidades na concessão do seguro-defeso. Disse que a concessão para aqueles que têm direito e precisam não é errada, e que o Presidente da República alertou aqueles que o recebem de maneira irregular a desistirem voluntariamente, ou serão pegos pela justiça. Inscrito para explicação pessoal, o Vereador Marcos Ribas, com o assunto “Eventos 200 anos”. Convidou a população para participar dos eventos “1º Passeio Ciclístico”, no dia 27 do corrente, com partida da praça da Matriz, às 14h30, e para a “3ª Etapa do Campeonato Metropolitano de *Mountain Bike*”, no dia 28 do corrente, às 8h, no CTG. Desejou sucesso a todos, principalmente aos competidores de Palmeira. O Sr. Presidente convocou os Srs. Vereadores para sessão extraordinária no dia 25 (vinte e cinco) do corrente, às 17 (dezesete) horas, para apreciação, em 2ª discussão, do substitutivo ao projeto de lei 5236 e dos projetos de lei 5264 ao 5269. Convidou-os para audiência pública no dia 30 (trinta) do corrente, às 16 (dezesesseis) horas, na sede do Poder Legislativo Municipal, oportunidade na qual será discutido o projeto de lei 5262, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município de Palmeira para o exercício financeiro de 2020. Nada mais havendo a ser tratado, lembrou que a próxima sessão ordinária será realizada no dia 30 (trinta) de abril, no horário regimental, constando da ordem do dia a discussão única da indicação 28/2019 e a 2ª discussão do projeto de lei 5263. Agradeceu a presença de todos e em nome de Deus e pelo Povo declarou encerrada a sessão, e, para tudo constar, foi lavrada a presente ata, assinada pelo Sr. Presidente e 1º Secretário.